

Línguas ameaçadas: uma reflexão sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil

Diego Barbosa da SILVA¹

¹ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;
| vsjd@uol.com.br | <https://orcid.org/0000-0002-0838-1106>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3746>

Resumo: Como sabemos, a maioria das línguas indígenas no Brasil se comparada com outras línguas no mundo não apresenta muitos falantes, o que a manteria em constante ameaça de adormecimento desde o início da invasão portuguesa. Para reverter esse processo, assim, pesquisadores criaram modelos para classificar e avaliar essa ameaça a partir de uma série de fatores que consideram, por exemplo, se há transmissão intergeracional ou mesmo as funções que a língua exerce na comunidade. Neste artigo, analisamos os modelos de vitalidade linguística que têm por objeto chamar atenção para uma realidade que se posta como perigosa ao mesmo tempo que se estimula intervenção política para reverter esse processo de adormecimento. Mostramos, contudo, que esses instrumentos ainda conservam uma memória colonialista que desconsidera a participação dos falantes indígenas e os sentidos de línguas para eles.

Palavras-chave: Línguas ameaçadas. Retomada linguística. Vitalidade linguística. Línguas Indígenas.

Endangered languages: a reflection on the dormancy and resumption of Indigenous languages in Brazil

Abstract: Most Indigenous languages in Brazil, compared to other languages in the world, do not have many speakers, which would have kept them under constant threat of dormancy since the beginning of the Portuguese invasion. To reverse this process, researchers have created models to classify and assess this threat based on a series of factors that consider, for example, whether there is intergenerational transmission or even the functions that the language performs in the community. In this paper, we analyze the models of language vitality that aim to draw attention to a reality that is posed as dangerous while encouraging political intervention to reverse this process of dormancy. We show, however, that these instruments still preserve a colonialist memory that disregards the participation of Indigenous speakers and the meanings of languages for them.

Keywords: Endangered languages. Language revitalization. Language vitality. Indigenous languages.

1. Introdução

Há algumas décadas, os Estudos de Linguagem apresentam pesquisas sobre línguas ameaçadas e sobre a necessidade de retardar ou reverter esse processo. Com este trabalho, propomos uma reflexão sobre as causas de adormecimento de línguas e sobre as formas e instrumentos para a retomada a partir das línguas indígenas no Brasil.

Vale fazermos um parêntese sobre o porquê de utilizarmos neste trabalho o nome de adormecidas, como Rubim (*apud* Farias, 2023) e outros pesquisadores indígenas e ativistas linguísticos fazem (Amaral, 2020, p. 9), para aquelas línguas que atualmente não apresentam falantes, ao contrário de outros pesquisadores que as chamam de línguas extintas, desaparecidas ou mortas (ver Harrison *apud* Lima; Sousa; Mello, 2022; Crystal, 2000; Hagège, 2000). Tal opção ideológica se explica justamente para destacarmos que línguas podem “adormecer” e serem retomadas, ainda que sob outras realidades e épocas. As línguas indígenas no Brasil puderam e podem adormecer em outras línguas, como no Português brasileiro, ou nas variedades de Português indígena, nos seus léxicos ou em suas gramáticas (Christino, 2018; Xerente, 2018; Bonifácio, 2019). Podem “adormecer” ainda nos registros escritos ou nas listas de palavras de viajantes, de especialistas e de falantes (Puri; Puri; Puri, 2020; Moraes, 2021), nos nomes de seus povos originários, na arte e nos grafismos indígenas, na memória dos lembradores e dos anciãos, nos sonhos (Kopenawa; Albert, 2015), nos cantos, nas cosmologias (Bonfim; Queiroz, 2023), nos rituais ou mesmo nos encantados (Pankararu, 2021), podendo algum dia serem despertadas e retomadas (Bonfim, 2017; Souza, 2021; Durazzo, 2022).

Cabe ressaltar, contudo, que dizer que línguas adormecem não se trata de um eufemismo para o que passaram e passam os povos indígenas nesses últimos séculos. Pelo contrário, implica em uma forma de resistência e por que não dizer de esperança de que, apesar de tudo, resiste e pode ter suas línguas despertadas e retomadas. E, além disso, se as línguas podem ser retomadas, isso contraria as previsões feitas por Krauss² (1992) de que 90% das línguas no mundo desapareceriam ou estariam ameaçadas de desaparecimento no final

2 Krauss (1992) foi um importante linguista dos estudos da vitalidade linguística como veremos a seguir. Ainda que sua previsão desconsiderasse a possibilidade de retomada e de emergência étnica e linguística que estamos vivenciando, seus estudos foram fundamentais para promover intervenções linguísticas e chamar a atenção do mundo todo para a questão linguística. Desse modo, não podemos dizer que Krauss estivesse equivocado, pois suas falas e de outros como Crystal (2000) e Hagège (2000) serviram como denúncias e contribuíram para reduzir o adormecimento de línguas, ainda que o protagonismo desse processo de redução seja dos próprios falantes como veremos.

do século XXI. Afinal, se as línguas podem ser retomadas, nada estaria posto em definitivo.

Para trilharmos nosso percurso de refletir sobre o adormecimento de línguas, na primeira seção, apresentamos um panorama dessas línguas, que por serem faladas por poucas pessoas, estariam em perigo, se considerarmos o número de falantes como o principal elemento para avaliar a ameaça de adormecimento de uma língua. Continuando, nós nos debruçamos sobre as possíveis causas e consequências do adormecimento de línguas para os sujeitos falantes e para a humanidade. Na segunda seção, apresentamos alguns indicadores de vitalidade linguística, construídos para melhor compreender o fenômeno de adormecimento de línguas, com destaques para o do *Atlas of the World's Languages in Danger*, publicado pela Unesco, sob coordenação de Moseley (2010) e o *Expanded graded intergenerational disruption scale*, desenvolvido por Lewis e Simons (2010) no âmbito do Ethnologue³. Prosseguindo, refletimos sobre o problema de pensar esses indicadores sem a participação dos falantes e sem considerar as relações complexas em que essas línguas estão envolvidas. E na terceira e última seção, problematizamos algumas ações que podem ser realizadas para a retomada dessas línguas ameaçadas, levando em consideração uma perspectiva de língua diferente daquela realizada por colonialistas europeus dos séculos XVI e XX.

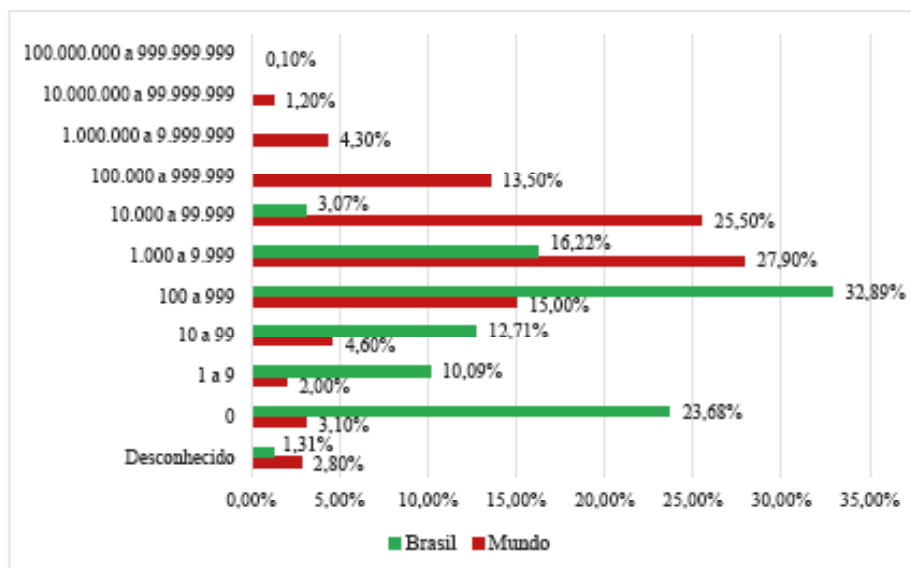
2. Adormecimento de línguas: causas e consequências

Dando início ao nosso percurso de análise, de imediato, é possível constatar que há um consenso entre pesquisadores de que no mundo existem aproximadamente 7 mil línguas (Bright, 1992; Crystal, 2010 [1987]; Moseley, 2010; Grenoble, 2011; Sallabank, 2012; Comrie, 2018 [1987]; Pereltsvaig, 2021 [2012]; Altenhofen, 2022) e também que essas línguas não apresentam um número de falantes distribuídos uniformemente. Pelo contrário, 95% delas são faladas por 5% da população mundial (Grenoble, 2011; Altenhofen, 2022) e apenas 90 dessas línguas têm mais de 10 milhões de falantes como afirmam Simons e Fennig (2017)⁴. Essa característica de que a imensa maioria das línguas apresenta poucos falantes pode ser melhor observada no Gráfico 1.

3 Ethnologue é um projeto de documentação e descrição de línguas desenvolvido pelo SIL Internacional, anteriormente denominado *Summer Institute of Linguistics*, que mantém um *site* com informações sobre as línguas do mundo, entre elas um *ranking* a partir da escala de vitalidade de Lewis e Simons (2010). Atualmente, para se ter acesso às suas informações, é necessário realizar o pagamento de assinatura para o portal.

4 Mesmo conscientes das polêmicas em torno da quantificação e da classificação de línguas, como nos apresentam Makoni e Pennycook (2006), observamos que o vasto quantitativo de línguas existentes com pequenos números de falantes tem mobilizado intervenções no ambiente linguístico em todo o mundo, como mostraremos mais adiante neste trabalho.

Gráfico 1. Percentual de línguas no mundo e no Brasil por faixa populacional de falantes



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Simons e Fennig (2017)

Observando o Gráfico 1, percebemos que essa relação entre línguas e número de falantes é mais acentuada no Brasil se comparada com o mundo. Enquanto no Brasil a maioria das línguas é falada por menos de mil pessoas, no mundo acontece justamente o contrário, com a maioria das línguas falada por mais de mil pessoas com o principal segmento estando entre mil e dez mil falantes. Além disso, como podemos observar no Gráfico 1, algumas dezenas de línguas adormeceram nas últimas décadas, sobretudo no Brasil. Isso coloca o Brasil em uma situação bastante crítica no quesito adormecimento de línguas em comparação com o restante do mundo.

O que tentamos mostrar com esses dados é que, para que uma língua continue viva, é fundamental que tenha falantes. Rodrigues (1993) nos mostra que em 1500 no território onde hoje está o Brasil, havia 1.175 línguas⁵, e se hoje há aproximadamente 160⁶, isso significa que mais de 80% foi adormecida ou mesmo não deixou qualquer registro através do qual as possamos identificar (Galucio; Moore; Voort, 2018). Krenak (2020, p. 23) nos alerta que o adormecimento de línguas ainda ocorre até hoje: “todos nós sabemos que a cada ano ou a cada semestre uma dessas línguas maternas, um desses idiomas originais de

5 Posteriormente, o número foi confirmado por D’Angelis (2019, p. 18) a partir da análise de registros de Fernão Cardim (séc. XVI), de Cristóbal de Acuña (sec. XVII) e do trabalho de etnohistória de Miguel Menéndez (séc. XX). O autor constatou que o número de línguas seria de 1215, bem próximo das estimativas de Rodrigues (1993).

6 Ressaltamos novamente que esse número não inclui as línguas que têm sido retomadas e as línguas de sinais emergentes, nem as línguas dos povos isolados.

pequenos grupos que estão na periferia da humanidade é deletada”. Franchetto (2013, p. 1) afirma que esse processo ainda está em curso:

No extremo de uma hierarquia complexa, estão, por exemplo, as 160 línguas indígenas ainda sobreviventes em território brasileiro, algumas das quais decretadas extintas nos últimos dois anos; o último (semi-) falante de Apiaká morreu no começo de 2012, apenas para dar um exemplo. Outras línguas contam com menos de 10 falantes, outras ainda se mostram vitais, mas com variados sinais de declínio, como o abandono de artes verbais, de partes do léxico culturalmente cruciais, o uso do português como língua franca, o crescente bilinguismo língua(s) indígena(s)/português. As línguas nativas ‘ameaçadas’ são a maioria absoluta, são muito mais do que as oficialmente declaradas como tais, se adotarmos o critério internacional que define como ‘línguas em perigo’ as que têm menos de mil falantes.

Isso se deve nas Américas, principalmente, como aponta Sallabank (2012, p. 103), aos séculos de genocídio de povos indígenas. Tal fato torna-se mais perceptível quando analisamos que praticamente todas as línguas a leste desapareceram, onde a ocupação colonial foi mais presente e onde hoje está a maioria da população brasileira não indígena.

No entanto, qual a importância desse fato? Sabemos afinal que, como forma de expressão cultural, as línguas sempre variam, seja no tempo, no espaço, nas situações comunicativas e/ou no contato com outras línguas. Línguas mudam, línguas se vão e outras línguas emergem, em um processo contínuo. Essa é a norma como nos mostram Mufwene (2004), Couto (2009) e tantos outros. O que se nota, contudo, atualmente, é que o ambiente sociolinguístico tem sido alterado de forma muito rápida, em todo o mundo, talvez de um modo nunca antes visto, o que tornaria essa mudança, assim, preocupante, ao colocar uma quantidade expressiva de línguas em ameaça de adormecimento em tão pouco tempo.

Desde o século XV, com o capitalismo, o Planeta tem se conectado e se integrado de forma cada vez mais ampla e acelerada e isso tem provocado profundas transformações na forma de vida humana e também no meio ambiente (ver Acosta, 2016; Latour, 2020). Se por um lado, estamos conseguindo avanços tecnológicos e científicos – ainda que não seja de forma igualitária para todos – estamos apagando saberes, abrindo mão de conhecimentos e de experiências de vida de milhares de anos, por meio do silenciamento de línguas que nunca

foram sequer descritas ou documentadas ou mesmo conhecidas por outras pessoas além de seus próprios falantes maternos.

Entretanto, mesmo com mais de 80% das línguas originárias brasileiras adormecidas nos últimos séculos, como dissemos, ainda é possível, no Brasil, observar, de acordo com muitos linguistas (Rodrigues, 2002 [1994]; Galucio; Moore; Voort, 2018; Storto, 2019; D'Angelis, 2019; Altenhofen, 2022; Franchetto; Balykova, 2022; Isa, 2023), aproximadamente 160 línguas indígenas vivas de dezenas de famílias linguísticas⁷ distintas. Uma diversidade considerável para os dias de hoje⁸.

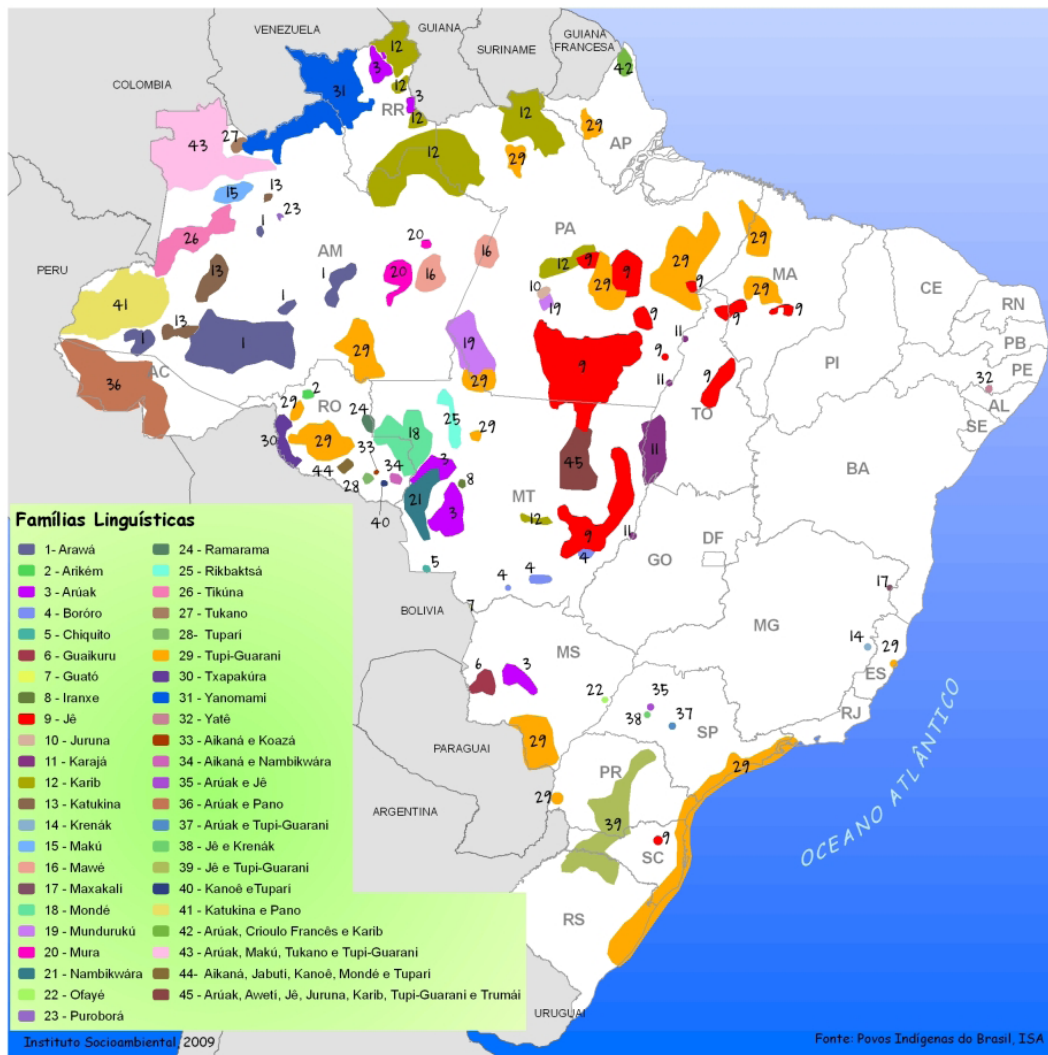
Podemos observar, no entanto, no Mapa 1 a seguir, que a maioria desses povos indígenas se encontra hoje na região amazônica e muitos deles em locais intensamente multiétnicos e multilíngues. Entre esses locais destacam-se o Alto Rio Negro, no Amazonas, referenciado pelo nº 43 no mapa; o Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, referenciado pelo nº 45; no Sul de Rondônia, referenciado pelo nº 44 e provavelmente o Vale do Rio Javari, no Amazonas, correspondente ao nº 41, onde se encontra o maior número de registros de povos isolados no mundo (Funai, 2023). São povos, assim, que continuam a lutar pelas suas existências e que permanecem vulneráveis pelo avanço da agropecuária, do desmatamento, das queimadas e do garimpo ilegais⁹. Seus territórios, saberes, culturas, expressões, modos de vida, assim, permanecem ameaçados e suas línguas podem adormecer em breve como as demais já adormecidas.

7 Uma família linguística é caracterizada por línguas que tiveram uma mesma origem, ou seja, vieram a partir de mudanças de uma mesma língua ancestral.

8 O Brasil é o 10º país com mais línguas no mundo (Simons; Fennig, 2017). E como somos o país com maior número de registros de povos isolados no mundo, isto é, nunca contactados (Funai, 2023), se considerarmos as suas línguas, provavelmente, avançaríamos para a 5ª ou 6ª posição (Simons; Fennig, 2017).

9 De acordo com MapBiomias (2023), a Amazônia perdeu 13% de sua cobertura original somente nas últimas três décadas. De acordo com a mesma organização, a perda de vegetação no período foi de 0,8% em terras indígenas e de 21,5% em áreas não demarcadas, o que comprova a importância da demarcação para a preservação da biodiversidade, mas também aumenta a pressão sobre esses territórios, tornando-os mais vulneráveis.

Mapa 1. Localização das famílias linguísticas brasileiras



Fonte: ISA (2023)

Mas por que as línguas adormecem? E quais as consequências negativas disso para a humanidade? Para responder a primeira pergunta, não podemos esquecer, como já dissemos anteriormente, que como artefato humano e “produto de contato entre línguas” (Savendra *et al.*, 2021, p. 3), as línguas estão sempre em transformação e podem desaparecer de forma natural, ser abandonadas ou mudar tanto até serem reconhecidas como outras línguas.

Mas, de acordo com Sallabank (2012, p. 103), as línguas podem estar em perigo por quatro razões principais: “1) catástrofes naturais; fome e doenças; 2) guerras

e genocídios; 3) repressão evidente, por exemplo, em prol da unidade nacional e/ou 4) dominação cultural, política e econômica”.

Não nos restam dúvidas, no entanto, de que as principais causas da ameaça às línguas são aquelas de características sociopolíticas, econômicas e ideológicas. Avaliando as razões do adormecimento de línguas indígenas no Brasil, Maher (2018, p. 46) aponta que “no passado para serem considerados ‘brasileiros legítimos’ os povos indígenas foram levados a acreditar que precisariam falar português”. Já no presente é dito a eles que devem “falar línguas indígenas para serem considerados índios ‘autênticos’ e terem seus direitos garantidos”. Sagica e Oliveira (2022, p. 86), ao levantar essa observação de Maher (2018), comentam que

[...] tanto no passado quanto no presente, a ideia que se tem é a de que essas línguas devem ser utilizadas separadamente, sem que uma “contamine” a outra. Ou seja, suas fronteiras devem estar e permanecer demarcadas. Além disso, nos dois casos, percebe-se um esforço no sentido de uma suspensão da identidade indígena, ora como brasileiro/a ora como sujeito indígena, sustentado pelos usos que os sujeitos fazem das línguas.

As línguas ameaçadas de adormecimento, assim, estão em perigo porque os seus sujeitos-falantes estão em perigo, tendo a sua identidade questionada, e sendo muitas vezes obrigados a mudar sua forma de vida, contra a sua vontade, por pressões econômicas e políticas para que possam melhorar de vida ou mesmo sobreviver. Por conta disso, passam a encarar a (mudança de) língua, como um instrumento de sobrevivência.

Dito isto, podemos responder nossa segunda pergunta. Quais as consequências negativas do adormecimento de línguas para a humanidade? Primeiramente, sob o aspecto do direito, essas pessoas, comunidades e povos têm o direito de serem como são, de falarem a língua que desejarem, de continuarem a utilizar a língua com a qual descobriram o mundo quando nasceram e serem respeitados enquanto falantes. Levando em consideração os direitos humanos, advindo de uma longa tradição que inclui a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2003), que declaram a igualdade de direitos humanos independentemente de qualquer característica, podemos fazer um questionamento. Por que os falantes de Inglês ou Português têm “(mais) direito(s)” de utilizar a sua língua materna em espaços e situações do que povos indígenas? O que os faz melhores que

os indígenas de Abya Yala¹⁰ para terem seus direitos e vontades mais facilmente garantidos em comparação com os indígenas?

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), documento resultante da mobilização de organizações não governamentais, movimentos sociais e patrocinada pela Unesco, considerada o principal instrumento político contra a discriminação linguística, são direitos:

Artigo 3.º

1. [...] que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes: o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome; o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem; o direito a manter e desenvolver a própria cultura; [...] [e]
2. [...] direitos coletivos dos grupos linguísticos [...]: o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas.
3. Os direitos das pessoas e dos grupos linguísticos mencionados anteriormente não devem representar qualquer obstáculo à sua interrelação e à integração na comunidade linguística de acolhimento, nem qualquer limitação dos direitos desta comunidade ou dos seus membros ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial. [...]

Artigo 8.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais.
2. Todas as comunidades linguísticas têm o direito de dispor dos meios necessários para assegurarem a transmissão e a projeção futuras da língua.

10 Abya Yala na língua Kuna (Colômbia, Panamá) era o nome dado ao território do povo Kuna e significa “terra madura, terra viva, terra que floresce...”. Esse termo foi escolhido por diversos povos originários do continente americano, reunidos na Cúpula dos Povos de Abya Yala, em 2007, na Guatemala, para designar todo o continente americano (Grondin; Viezzer, 2021, p. 204).

Os direitos linguísticos, assim, seriam tanto individuais quanto coletivos, indissociáveis. Caberia ao Estado garantir que esses direitos fossem assegurados, eliminando também possíveis barreiras linguísticas para o pleno exercício destes por todas, todos e todes.

Para os Estudos de Linguagem, o adormecimento de línguas poderia ser também bastante significativo. Sobre a diversidade das línguas indígenas no Brasil, Rodrigues (2016, p. 187-191) comenta,

Do ponto de vista tipológico há tanto línguas de gramática predominantemente analítica, quanto outras fortemente polissintéticas, com características que só se encontram nas Américas; tanto línguas com inventários fonológicos abundantes, como outras com um número extremamente reduzido de vogais e consoantes, assim como há línguas tonais, que caracterizam as palavras por sílabas de tom mais alto e de tom mais baixo, e línguas que, como a maioria das europeias, só usam o tom para caracterizar tipos de sentenças [...]. A língua Pirahã falada junto a um dos afluentes do rio Madeira, no Amazonas, tem apenas dez fonemas – seis consoantes, três vogais e o fricativo glotal. Esta, que é a única ainda falada da família Múra e que está bem documentada e analisada, é uma língua tonal, com dois fonemas tonais, um tom alto e um tom baixo, que concorrem com as consoantes, as vogais e o fricativo glotal para caracterizar cada sílaba das palavras. Do ponto de vista fonético, o Pirahã é particularmente notável por ter um som D até hoje só encontrado nele e em nenhuma outra língua do mundo, o qual é produzido com o mesmo movimento inicial da língua com que se faz o nosso r de arara, mas aplicando-se as bordas laterais desse órgão aos dentes molares superiores (como na produção do nosso l), e projetando-se a ponta do mesmo para fora da boca por entre os dentes incisivos e os lábios; e um outro som, não exclusivo, mas raríssimo como som linguístico, B, produzido pela vibração dos lábios acompanhada de vibração das cordas vocais [...] o Karitiána (família Arikém, tronco Tupi) produz orações negativas mediante a supressão das marcas de aspecto e tempo no verbo, portanto por redução de substância.

Além da perspectiva do Direito e dos Estudos de Linguagem, o adormecimento de línguas pode ser ruim para a humanidade porque com ele se perde todo um saber, uma cosmovisão com perspectiva sobre o mundo, um conhecimento cultural, histórico e ecológico único, uma forma de enxergar a vida que, inclusive, pode nos proporcionar muitas experiências de alteridade, que nos ajudaria a entender quem e como somos. Perder tais conhecimentos reduz

a capacidade humana de se adaptar a novas situações, como por exemplo, aqueles relacionados às mudanças climáticas, além de prejudicar a saúde mental dos falantes e da sociedade (Acosta, 2016; Latour, 2020). Para Rodrigues (2014, p. 447-448),

[...] cada linguagem humana é única na forma como codifica o conhecimento e a experiência, pois foi moldada e remodelada de acordo com as necessidades de expressão adequada de um complexo extremamente diversificado e variável de representações mentais [...] Se uma comunidade for obrigada a abandonar a sua língua nativa num espaço de tempo demasiado curto, digamos, numa ou duas gerações, ocorre uma ruptura demasiado grande na transmissão de conceitos e conhecimentos antigos, muito antes de novos conhecimentos e novas experiências poderem amadurecer e tornarem-se integrados e funcionais.

Para termos uma ideia desse impacto negativo no conhecimento relacionado a outras áreas da ciência como a Biologia e a Medicina, o adormecimento de línguas “leva consigo conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais e isso poderá diminuir as chances de descoberta de futuros medicamentos” (Zanon, 2021). Zanon (2021) nos apresenta um estudo da Universidade de Zurique avaliando que, no noroeste amazônico, há “645 espécies de plantas e seus usos medicinais conforme a tradição oral de 37 línguas, e detectou que 91% desse conhecimento, atualmente, só existe em apenas um idioma; sua extinção implica também a morte desse saber medicinal”¹¹. E conclui que o impacto do adormecimento de línguas é maior para a Biomedicina, do que o próprio desaparecimento da biodiversidade botânica. O adormecimento de línguas da maneira como acontece é prejudicial, portanto, pois desconsidera o direito linguístico dos falantes, afeta a autoestima da comunidade linguística, reduz o conhecimento que temos do mundo, o que por fim reduz nossa capacidade de sobrevivência enquanto seres humanos.

E muitas línguas estão adormecendo, como já dissemos, sem qualquer registro, o que dificultaria futuros processos de retomada. De acordo com Moore, Galucio e Gabas Júnior (2008), metade das línguas indígenas brasileiras despertas, atualmente, contava com uma descrição ainda incipiente ou com pouco ou nenhuma descrição científica significativa até 2007. Perante tal cenário, o que tem sido feito por pesquisadores, falantes, organizações da sociedade civil e por órgãos do Estado é chamar atenção para a situação sociolinguística no

¹¹ Neste momento cabe uma ressalva. Ao utilizar essa referência, não estamos considerando o relativismo linguístico, mas sim que, como muitos falantes são monolíngues, o adormecimento dessas línguas pode interromper a transmissão de saberes, antes de serem conhecidos por falantes de outras línguas.

mundo ou em determinado local para, posteriormente, buscar soluções de intervenção para manter ou retomar uma determinada língua.

Apresentaremos, neste momento, uma dessas ações, a de elaboração de indicadores de vitalidade para as línguas.

3. Indicadores de vitalidade: compreendendo o adormecimento de línguas

Como dissemos, indicadores são instrumentos que realçam uma determinada situação. No caso dos indicadores de vitalidade linguística, eles demonstram a situação sociolinguística de uma língua e apontam para a possibilidade ou não de essa língua adormecer. Para elaborá-los, primeiramente, antes de tudo, é necessário investigar as causas do adormecimento e depois selecionar os principais fatores que podem afetar o ambiente linguístico, para posteriormente, levantar os dados, realizar a análise e atribuir de forma aparentemente objetiva os diferentes graus de vitalidade. Assim, é possível que se descreva o estado de vitalidade de uma língua e se determine um *ranking* de o quanto tal língua está em perigo de adormecimento.

Atualmente, existem vários métodos para avaliar a vitalidade linguística, que apresentaremos a seguir no Quadro 1, ampliado e adaptado de Zhang e Lee (2021). Nele podemos observar quais fatores alguns pesquisadores como Fishman (1991), Landweer (2000), Moore, Galucio e Gabas Júnior (2008), Moseley (2010), Lewis e Simons (2010), D'Angelis (2014) e Lee e Van Way (2016) julgaram pertinentes para descrever uma situação de perigo e ameaça para uma língua.

Ainda que as nomenclaturas para os conceitos sejam um pouco distintas, de imediato, podemos dizer que é comum entre a maioria dos pesquisadores escolher fatores como o número de falantes; a transmissão intergeracional e os domínios de uso da língua.

O número de falantes por si só é um fator importante, pois não restam dúvidas de que uma língua falada por algumas poucas pessoas se encontra em maior ameaça que outra falada por muitos. Entretanto, o critério populacional pode ser analisado sobre outros aspectos. Por exemplo, de forma proporcional, isto é, por meio do percentual de pessoas de um determinado povo ou etnia que ainda fala a língua ancestral. Assim, quanto maior esse percentual, menores seriam as chances de essa língua ser substituída por outra, pelo menos, em um momento próximo.

Quadro 1. Visão geral dos métodos de avaliação da vitalidade de línguas

Nome do indicador	Referência	Fatores
<i>Graded Intergenerational disruption scale (GIDS)</i>	Fishman (1991)	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão intergeracional da língua • Função da língua • Domínios de uso da língua • Alfabetização dos falantes
Indicadores de vitalidade etnolinguística	Landweer (2000)	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidades de contato • Domínios de uso da língua • Alternância de código linguístico • Dinâmica da população • Redes sociais • Perspectivas sociais • Prestígio da língua • Base econômica
	Unesco (2003) Moseley (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão intergeracional da língua • Número absoluto de falantes • Proporção de falantes na população • Domínios de uso da língua • Adaptação a novos domínios • Materiais existentes para educação • Políticas públicas e reconhecimento institucional • Atitudes linguísticas da comunidade • Quantidade e qualidade da documentação linguística
	Moore; Galúcio e Gabas Júnior (2008) ¹²	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão intergeracional da língua • Número absoluto de falantes • Proporção de falantes na população • Conhecimento científico sobre a língua (descrição e instrumentos linguísticos)
Expanded graded intergenerational disruption scale (EGIDS)	Lewis e Simons (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão intergeracional da língua • Domínios de uso da língua • Alfabetização dos falantes • Escrita • Identidade étnica
	D'Angelis (2014)	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão intergeracional da língua • Número absoluto de falantes • Proporção de falantes na população • Funções da língua • Contato linguístico com outros povos e línguas • Atitudes linguísticas da comunidade • Condição socioeconômica da comunidade • Tradição escrita
Índice de língua ameaçada de extinção	Lee e Van Way (2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão intergeracional da língua • Número absoluto dos falantes • Tendência de crescimento do número de falantes • Domínios de uso da língua

Fonte: Ampliado e adaptado pelo autor a partir de Zhang e Lee (2021)

¹² Referências acrescentadas por este autor ao quadro de Zhang e Lee (2021).

A transmissão intergeracional apresenta-se como pertinente, pois quando se detecta que a língua não é mais transmitida para as crianças por seus pais e avós, torna-se provável que ela adormeça daqui a duas ou três gerações. Ou seja, as línguas tendem a adormecer quando os pais se veem forçados a transmitir outras línguas que avaliam ser, consciente ou inconscientemente, de maior prestígio ou importância para seus filhos.

Já o fator domínio de uso da língua é importante, pois quanto mais funções sociais uma língua exercer, menores as chances de ser substituída por outra e adormecer. Entendemos as funções sociais da língua como a utilizada na família, na comunidade, nas escolas, nos rituais religiosos, no comércio, no contato com outros povos, na administração pública ou na mídia.

Observando ainda o Quadro 1, notamos que outros fatores menos lembrados na literatura também podem ser considerados como a existência de uma escrita e o seu grau de padronização; o grau de alfabetização dos falantes, ou seja, o grau de conhecimento sobre essa escrita; o grau de contato e interação dos falantes com outros povos e línguas, ou mesmo, a presença ou não de políticas linguísticas, das mais variadas classificações.

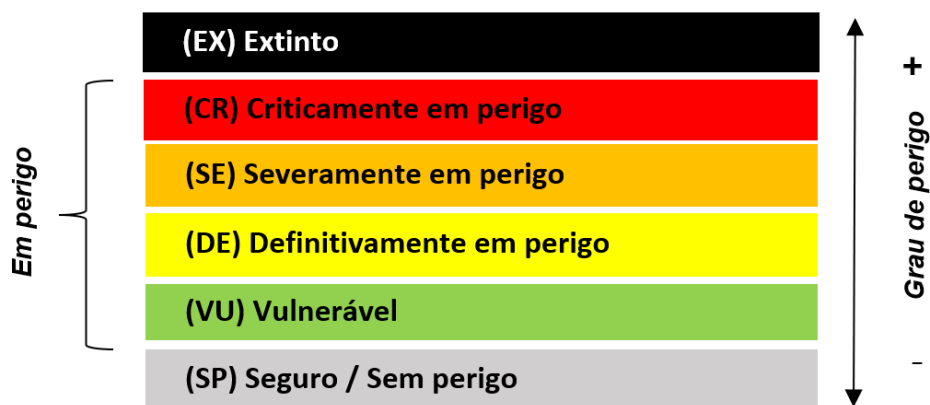
Uma vez observados esses e outros fatores para cada língua, esses pesquisadores apontam a possibilidade de quantificar e qualificar a situação de determinada língua, prevendo, assim, o seu grau de vitalidade e, conseqüentemente, o nível de risco em que se encontra. Dois desses métodos geram escalas e *rankings* de vitalidade mais conhecidos atualmente, o de Moseley (2010) para a Unesco e o Lewis e Simons (2010) para o *site* Ethnologue, que apresentaremos neste momento.

3.1 O indicador de vitalidade linguística da Unesco

O primeiro deles foi desenvolvido no âmbito da Unesco nos anos 1990. Na virada para a última década do século XX, quando surgiam trabalhos como Krauss (1992), chamando atenção para a aceleração do ritmo do desaparecimento de línguas, a Unesco promoveu iniciativas que culminaram com o lançamento, em 1996, do Livro Vermelho das Línguas Ameaçadas (*The Red Book of Languages in Danger of Disappearing*), nome derivado do Livro Vermelho de Espécies Ameaçadas, cuja relação com a Biologia já tinha sido observada por Krauss (1992). Posteriormente, o método foi reformulado e o nome do documento alterado para Atlas Mundial das Línguas em Perigo (*Atlas of the World's Languages in Danger*) com duas edições (2003 e 2010), sendo a última sob supervisão de Christopher Moseley. A partir de nove fatores como 1) transmissão intergeracional da língua, 2) número

absoluto de falantes, 3) proporção de falantes na população, 4) domínios de uso da língua, 5) adaptação a novos domínios, 6) materiais existentes para educação, 7) políticas públicas e reconhecimento institucional, 8) atitudes linguísticas da comunidade e 9) quantidade e qualidade da documentação linguística, o *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010), classificou as línguas em seis níveis, graus de perigo, conforme a Figura 1 a seguir.

Figura 1. Graus de perigo das línguas de acordo com a Unesco



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Moseley (2010)

No modelo de vitalidade da Unesco para a última edição do Atlas Mundial das Línguas em Perigo, sob coordenação de Moseley (2010), uma língua é presumidamente considerada *extinta* quando não há nenhum falante conhecido pelo menos desde os anos 1950; *criticamente em perigo*, quando os seus falantes são idosos e falam com pouca frequência ou parcialmente a língua; *severamente em perigo*, quando a língua é falada por avós e outras gerações mais idosas, mas eles não conversam entre si e não a transmitem para as gerações mais novas; *definitivamente em perigo*, quando as crianças não aprendem a língua no contexto familiar como língua materna; *vulnerável*, quando a maioria das crianças fala a língua, mas ela ainda está restrita ao ambiente doméstico e; *seguro*, quando é falada por todas as gerações, há transmissão intergeracional, e é utilizada na maioria dos contextos de uso. Estariam em perigo, assim, as línguas dos níveis *criticamente em perigo* a *vulnerável* na escala de vitalidade adotada pela Unesco (Moseley, 2010).

Após a análise do grau de vitalidade das línguas a partir de cada um dos fatores apresentados, as línguas do mundo e as línguas indígenas no Brasil seriam classificadas da seguinte forma, como demonstrado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2. Quantidade de línguas no mundo e de línguas indígenas no Brasil classificadas de acordo com a escala de vitalidade da Unesco

Classificação da Unesco	Quantidade de línguas		Percentual de línguas brasileiras	
	Mundo	Indígenas no Brasil	Mundo	Indígenas no Brasil
Seguras	≅ 4200	0	62,3%	0%
Vulneráveis	611	97	9,1%	51%
Definitivamente em perigo	635	18	9,4%	9,5%
Severamente em perigo	505	19	7,5%	10%
Criticamente em perigo	544	44	8,1%	23,1
Extintas	244	12	3,6%	6,3%
Total de línguas classificadas:	2539	190	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010)

De todas as línguas do mundo, de acordo com a Unesco, aproximadamente 2300 apresentam algum grau de perigo de extinção – termo utilizado pela entidade – nas próximas décadas e 244 já estariam extintas. Isso corresponderia a mais ou menos 34% de todas elas. De acordo com o mesmo Atlas, em 2010, todas as 190 línguas indígenas presentes no Brasil estariam em risco de extinção ou já estavam extintas. Nenhuma língua indígena no Brasil, assim, estaria segura. Comparando os dados do Brasil e do mundo, a situação no país sul-americano estaria bem mais crítica, 23% de todas as línguas indígenas estão criticamente em perigo, ou seja, bem próximo de adormecerem enquanto no mundo o índice alcança 8,1%. Na Figura 2 a seguir, podemos analisar algumas dessas línguas indígenas no Brasil em perigo listadas por cada nível de vitalidade linguística.

Figura 2. Algumas línguas indígenas no Brasil classificadas pelo nível de vitalidade segundo a Unesco



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010).

De acordo com tal modelo e escala de vitalidade, chama-nos atenção que, considerando os fatores da Unesco, 44 línguas indígenas no Brasil estão criticamente em perigo, entre elas, a Baré, Chiquitano, Guató, Iranxe, Kinikinau, Krenak, Ofayé, Tariana, Xetá, Xipaya, Xokleng, Yawalapiti, o que tornaria urgente a necessidade de ações políticas para que continuem despertas.

3.2 O indicador de vitalidade do Ethnologue

A outra escala de vitalidade bastante difundida, atualmente, é aquela desenvolvida a partir do modelo de Lewis e Simons (2010), e adotada pelo Ethnologue. Baseada no *Expanded Graded Intergenerational Disruption Scale (EGIDS)*, que foi feito a partir do estudo de Fishman (1991), ela é publicada anualmente e leva em consideração fatores como: 1) transmissão intergeracional da língua, 2) domínios de uso da língua; 3) alfabetização dos falantes; 4) existência de escrita; e 5) identidade étnica, para classificar as línguas em 13 níveis de vitalidade apresentados a seguir, comparados por Eberhard (2013) com a escala da Unesco, de Moseley (2010).

Quadro 3. Níveis de classificação nas escalas de vitalidade da Unesco e do Ethnologue

Nível de classificação do Ethnologue	Descrição do nível de classificação do Ethnologue	Nível de classificação da Unesco correspondente
0 – Internacional	A língua é usada internacionalmente para uma ampla gama de funções.	Seguro
1 – Nacional	O idioma é utilizado na educação, trabalho, meios de comunicação, e governo a nível nacional.	Seguro
2 – Regional	A língua é utilizada para meios de comunicação e serviços governamentais locais e regionais.	Seguro
3 – Comércio	A língua é usada para o trabalho local e regional, tanto por membros da comunidade como por pessoas de fora.	Seguro
4 – Educacional	A alfabetização na língua está sendo transmitida através de um sistema de educação pública.	Seguro
5 – Escrito	O idioma é utilizado por via oral, por todas as gerações e é utilizado informalmente na forma escrita em algumas partes da comunidade.	Seguro
6 ^a – Vigoroso	O idioma é utilizado por via oral por todas as gerações, e está sendo aprendido pelas crianças como sua primeira língua.	Seguro
6b – Ameaçado	O idioma é utilizado por via oral, por todas as gerações, mas apenas alguns membros da geração fértil o transmitem aos filhos.	Vulnerável
7 – Em perigo	Os membros da geração fértil conhecem suficientemente bem a língua para usá-la entre si, mas nenhum deles está transmitindo-o aos seus filhos.	Definitivamente em perigo
8a – Moribundo	Os únicos falantes ativos da língua ainda vivos são membros da geração dos avós.	Severamente em perigo
8b – Quase extinto	Os únicos falantes ativos da língua ainda vivos são membros da geração dos avós ou dos bisavós, que têm pouca oportunidade de usar a língua.	Criticamente em perigo

9 – Dormente	A língua serve como lembrete da identidade ou herança cultural para uma comunidade étnica. Ninguém tem mais do que uma proficiência simbólica em termos de usar a língua.	Extinto
10 – Extinto	Ninguém mantém mais um sentimento de identidade étnica associado com a respectiva língua, mesmo para fins simbólicos.	Extinto

Fonte: Lewis e Simons (2010) e Eberhard (2013)

Os dois modelos, do Ethnologue, de Lewis e Simons (2010), e da Unesco, do *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010), são bastante similares e consideram fatores semelhantes como a transmissão intergeracional. A principal diferença é que enquanto o foco da escala da Unesco é nas línguas em perigo, com 4 graus de perigo, 1 grau para as extintas e 1 grau para as seguras; a escala de vitalidade do Ethnologue se propõe a analisar a vitalidade de todas as línguas, propondo 13 níveis de classificação, sendo 5 para as línguas em perigo, 7 para as línguas seguras e 1 para as línguas extintas.

Essa distinção está relacionada também com os propósitos das escalas. De acordo com a própria Unesco, sua escala de atualização temporariamente mais esparsa tem como objetivo dar visibilidade e conscientizar as pessoas sobre as línguas em perigo, e conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento de políticas de preservação, levando em consideração uma realidade linguística que, como sabemos, é bastante complexa. Já com o Ethnologue, para além da conscientização por meio de uma atualização anual, é possível acompanhar a vitalidade das línguas ao longo do tempo e verificar se as intervenções políticas estão alterando a situação linguística na escala de vitalidade. Aplicando o modelo de avaliação do Ethnologue, tínhamos, em 2017, a situação expressa no Quadro 4 a seguir.

No modelo do Ethnologue¹³, de Lewis e Simons (2010), as línguas indígenas no Brasil estariam em uma situação mais segura, em comparação com o modelo da Unesco, podendo inclusive algumas delas, como o Tenetehara e o Xavante,

13 Posteriormente, o Ethnologue simplificou a sua escala de vitalidade de 13 níveis, agrupando-os em apenas 4: institucional, estável, em perigo e extinta. Como institucional, agrupando níveis superiores, seriam classificadas as línguas que podem ser usadas ou são mantidas por instituições fora do ambiente familiar. Como estável, agrupando níveis intermediários estariam as línguas utilizadas em ambiente familiar, mas sem apoio institucional. Classificadas como em perigo, agrupando níveis inferiores, estariam as línguas ainda vivas, mas com falhas na transmissão intergeracional e como extinta, as línguas adormecidas (Eberhard; Simons; Fennig, 2024).

em comparação com outras línguas indígenas, serem classificadas como o nível 4-Educacional, isto é, com alfabetização na língua ocorrendo por meio do sistema público de ensino.

Quadro 4. Quantidade de línguas no mundo e de línguas indígenas no Brasil classificadas de acordo com a escala de vitalidade do Ethnologue

Classificação do Ethnologue	Quantidade de línguas		Percentual de línguas brasileiras	
	Mundo	Indígenas no Brasil	Mundo	Indígenas no Brasil
0 – Internacional	6	0	0,08%	0%
1 – Nacional	97	0	1,36%	0%
2 – Regional	75	0	1,05%	0%
3 – Comercial	164	0	2,31%	0%
4 – Educacional	234	4	3,30%	1,93%
5 – Escrito	1601	31	22,55%	14,97%
6a – Vigoroso	2455	25	34,58%	12,07%
6b – Ameaçado	1082	34	15,24%	16,42%
7 – Em perigo	465	19	6,55%	9,18%
8a – Moribundo	267	24	3,76%	11,60%
8b – Quase extinto	436	34	6,15%	16,42%
9 – Dormente	217	36	3,05%	17,39%
10 – Extinto	Sem dados	22	Sem dados	-
Total de línguas classificadas:	7099	229	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lewis e Simons (2010) e do Ethnologue, de Simons e Fennig (2017)

Ainda que as duas escalas apresentem uma descrição da realidade um pouco distinta – com 35 línguas indígenas no Brasil em segurança, no caso do Ethnologue, e com nenhuma, no caso da Unesco – ambas apontam que muitas, a maioria, senão todas as línguas indígenas no Brasil, apresenta(m) alta possibilidade de adormecimento nas próximas décadas. Tais modelos de classificação e escalas de vitalidade, no entanto, ainda que adotados por organizações mundialmente conhecidas e renomadas como a Unesco, e ainda

que chamem atenção para a necessidade de ações voltadas para a preservação linguística, podem ser alvo de diversas críticas.

Se nomear, classificar, quantificar e distinguir línguas já é algo complexo, imaginemos que, do mesmo modo, não é fácil levantar dados, descrever a situação linguística de todas as línguas sob vários aspectos e posteriormente ranqueá-las por níveis de perigo. Mufwene (2017), por exemplo, salienta que os estudos de vitalidade linguística ainda não foram teorizados suficientemente. E Zhang e Lee (2012, p. 159) questionam:

Se uma língua é considerada como um sistema, morre quando tem apenas a última pessoa que a fala; se uma língua é considerada como uma atividade prática, mesmo que existam muitas pessoas que a dominam, ela pode ser declarada morta quando as pessoas não se comunicam nessas línguas. A primeira é uma perspectiva linguística, a segunda é uma perspectiva dos falantes ou uma perspectiva da comunidade. Qual perspectiva deve ser escolhida também é uma questão que a teoria da vitalidade de língua deve explorar.

É de Oliveira, Sagica e Severo (no prelo), contudo, que parecem vir as críticas mais contundentes à classificação de vitalidade feita pela Unesco. Para as autoras, esses modelos feitos por linguistas não contam com a participação dos falantes dessas línguas em sua elaboração. E, por isso, não consideram a complexidade do conceito de língua para os indígenas, em alguns fatores que para eles seriam fundamentais. Por exemplo, a essencialidade do território para a vitalidade das línguas indígenas, conforme já constatado por Guerola (2019) e Durazzo e Costa (2022, p. 7). Além disso, para Oliveira, Sagica e Severo (no prelo) tais modelos não refletem a pluralidade dos fluxos migratórios das diásporas indígenas, nem o que Leonard (2007) chama de “posicionalidade indígena”, ou seja, a participação de indígenas na produção do conhecimento sobre suas próprias línguas, como por exemplo, quando Bartolomeu Pankararu afirma que “apesar de não saber falar cotidianamente sua própria língua, tinham os encantados que falavam, e o uso dessa língua estava condicionado à permissão desses seres e ela era tão importante que constituía um segredo entre eles” (Moraes, 2021, p. 494).

Oliveira, Sagica e Severo (no prelo) concluem, assim, que esses modelos são restritivos e eurocêntricos e questionam até que ponto tais categorizações e classificações aprisionam as línguas, contribuindo para que percam as suas vivacidades sob as mesmas críticas de Makoni e Pennycook (2006, 2015) de que as línguas seriam invenções dos colonizadores (Oliveira; Sagica; Severo,

no prelo). Para nós, fica a reflexão e em aberto a possibilidade de pensarmos outras formas de descrevermos a realidade das línguas indígenas sob outros paradigmas, das comunidades falantes.

4. Organizando a retomada linguística

Dando sequência ao diagnóstico de vitalidade linguística, por meio dos modelos em análise, uma vez constatado o risco de adormecimento de línguas do mundo, era previsível que houvesse *a posteriori* um debate em prol da modificação dessa ameaça. Tal processo de reversão do adormecimento tem recebido diversos nomes como “revitalização, manutenção, retomada e até sustentação linguística” (Amaral, 2020, p. 4), de acordo com o contexto linguístico, político, ideológico e com as ações necessárias.

Amaral (2020, p. 4) nos mostra que o termo revitalização é entendido “como o restabelecimento de uma língua que deixou de ser usada por uma comunidade de fala”. Contudo, como “cada comunidade [...] tem histórias e experiências distintas, o que faz com que a descrição e as características do grau de perda linguística sejam únicos para cada caso”, alguns pesquisadores vêm empregando outros termos como “manutenção linguística para descrever casos onde a língua ainda é falada pela comunidade e transmitida para (pelo menos uma parte das) futuras gerações, em contraste com o termo ‘retomada linguística’, onde a língua já não é falada, pelo menos por uma parte significativa da comunidade” (Amaral, 2020, p. 4). Amaral (2020, p. 5) conclui, assim, dizendo que, internacionalmente, a comunidade acadêmica vem empregando o termo revitalização de forma genérica para todos os processos de reversão do desaparecimento de línguas, que para Lewis e Simons (2010) seriam intervenções políticas para ampliar o nível de vitalidade de uma língua, invertendo o seu processo de desaparecimento.

No Brasil, no entanto, observamos a predileção pelo termo “retomada”, sobretudo por parte de pesquisadores indígenas, para se referir a processos de revitalização de uma língua específica ou mesmo ao cenário atual em que se buscam diversas ações para revitalizar muitas línguas. Vemos também a predileção pelo termo “retomada”, em relação ao termo revitalização, como reafirmação da posição de que as línguas não estão mortas e não são objetos, como na concepção científica ocidental, mas sim parte da vida indígena, de sua identidade, de seu pertencimento enquanto indígena, de uma forma única de ser e estar no mundo. Dizer “retomada”, assim, se alinharia a um outro sentido para as línguas, da língua como potência do ser indígena, bem como a ideia de que as línguas apenas dormem em muitos lugares e formas, como dissemos neste artigo. Mas como retomar uma língua?

Amaral (2020, p. 9) nos chama atenção para a necessidade de compreender as causas específicas dos processos de adormecimento: “é importante ter clareza de que as línguas se encontram ameaçadas por distintas razões históricas, políticas, sociais e econômicas, por isso quanto mais informações tenhamos sobre as causas da perda linguística, mais é possível desenvolver estratégias para reverter essas perdas”.

D’Angelis (2014, p. 102-103) propõe respostas mais específicas voltadas para cada contexto linguístico, como pode ser visto no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5. Situação e resposta de intervenção linguística por D’Angelis (2014)

Situação	Resposta(s)
1. Línguas vivas e plenamente ativas (língua forte ou língua enfraquecida)	Fortalecimento e Modernização (desenvolvimento da escrita, inclusão em múltiplas mídias, ensino como 1ª língua, produção de materiais didáticos, criação de instrumentos linguísticos)
2. Línguas vivas, com perda de falantes (língua muito enfraquecida a língua doente)	Revitalização e Modernização (desenvolvimento da escrita, ensino como 1ª e como 2ª língua, e produção de materiais didáticos)
3. Línguas vivas apenas entre os mais velhos (língua moribunda a língua agonizante)	Recuperação e Revitalização (criação de língua mista ou registro e documentação, ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos)
4. Línguas mortas (língua morta)	Reintrodução de Bilinguismo (ressurreição ou criação de língua mista ou adoção de (outra) língua ou criação artificial de língua ou ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos)
5. Línguas desaparecidas (língua extinta desaparecida)	Introdução de Língua Indígena (reconstrução da língua ancestral ou adoção de uma língua ou criação artificial de língua ou ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos)

Fonte: D’Angelis (2014, p. 102-103; 2020, p. 56-57)

No entanto, Severo (2014 *apud* Silva, 2017, p. 673-674) chama nossa atenção para a realização do processo de revitalização, ao criticar

[...] o modo como os discursos científicos, sob a justificativa de uma ‘suposta ameaça de desaparecimento’, objetificam as línguas como artefatos a serem geridos e protegidos. De acordo com a autora, a objetificação das línguas constitui, em realidade, um ato político, na medida em que, ao separá-las dos sujeitos e de suas histórias, atribui a elas uma neutralidade e autonomia que não existem. Segundo a autora, as línguas não podem ser dissociadas das práticas sociais e das condições históricas em que são usadas. Portanto, ao conceber as línguas como entidades abstratas, passíveis de registro ou mesmo revitalização, o discurso científico nega o caráter inerentemente dinâmico, dialógico e político delas.

Severo (2014), assim, propõe em contraposição a isso, o que ela chama de “política de comunicação”, voltada não para a língua em si, mas para “as práticas linguísticas em que os sujeitos se inscrevem cotidianamente” (*apud* Silva, 2017, p. 674). Nesse modelo, os falantes ocupam um papel central no processo e a língua passa a ser entendida não como um objeto abstrato, mas, como em um conceito antropológico, constantemente em transformação e em contato. O foco não estaria centrado na língua como algo independente, mas no sujeito falante e na sua vontade. Silva (2017, p. 674), apoiando Severo (2014), questiona para que não repitamos as práticas colonialistas de intervenção linguística: “Em outras palavras, de que modo a preservação de uma língua minoritária pode garantir que seus falantes ascendam socialmente? Ou ainda: seria a preservação da língua um desejo dos sujeitos falantes ou dos linguistas interessados na descrição de sistemas gramaticais?” Devemos, assim, enquanto linguistas, deslocar nosso olhar das línguas para seus falantes, afinal neles estão as suas vitalidades.

5. Considerações finais

Neste trabalho, refletimos sobre os processos de adormecimento de línguas. Apresentamos e questionamos os indicadores de vitalidade, sobretudo os desenvolvidos no âmbito da Unesco e do Ethnologue, como melhor forma para compreendermos esses processos de adormecimento. Por fim, pensamos a importância de realizar tais estudos com a participação e liderança dos falantes indígenas.

É certo que o contato e a mudança linguísticos são características de toda e qualquer língua. Mas se a principal causa do adormecimento de línguas nos últimos séculos foi a intervenção europeia por meio da imposição do capitalismo e do colonialismo ao redor do mundo, como nos mostra Makoni e Pennycook (2006, 2015), como podemos continuar a desconsiderar os conhecimentos dos falantes sobre as línguas e os seus desejos e vontades. Sendo assim, é urgente que os Estudos de Linguagem se abram para essas novas formas de saber e de fazer dos povos indígenas que hoje falam essas línguas que adormecem.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALTENHOFEN, C. V. Quantas línguas são faladas hoje no mundo? *In*: OTHERO, G. de Á.; FLORES, V. do N. (org.). **O que sabemos sobre a linguagem?** 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana. São Paulo: Parábola, 2022.

AMARAL, L. Estratégias para revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251/248>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOMFIM, A. B. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. **Revista Linguística**, v. 13, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433/7925>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BONFIM, E.; QUEIROZ, R. **Epistêmicos míticos nas narrativas em Português Indígena e a mitopoiesis**, 2023 (mimeo).

BONIFÁCIO, L. P. dos S. **Contato linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões-Amazonas**: um estudo sobre a variedade de Português falada por professores Tikuna. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/175584909-Ligiane-pessoa-dos-santos-bonifacio.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRIGHT, W. (edit.). **International encyclopedia of linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

CHRISTINO, B. “Hoje nós não somos mais Huni Kuin só na nossa língua”: o Português Kaxinawá em interações transculturais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8653690>. Acesso em: 20 maio. 2023.

COMRIE, B. (ed.). **The World's Major Languages**. Nova York: Routledge, 2018 [1987].

COUTO, H. H. do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

CRYSTAL, D. **Language death**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CRYSTAL, D. **The Cambridge Encyclopedia of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

D'ANGELIS, W. R. (org.). **Revitalização de línguas indígenas: o que é? Como fazemos**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

D'ANGELIS, W. R. Línguas indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. *In*: BOMFIM, A. B. B.; COSTA, F. V. F. da. (org.). **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. Salvador: EGBA, 2014.

DHDL (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos), 1996. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

DURAZZO, L. O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-humana e revitalização linguística. *In*: SEVERO, C. G. (org.). **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

DURAZZO, L.; COSTA, F. V. F. da. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. **Revista del CESLA**, v. 30, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243374728008/html/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

EBERHAD, D. M. Em defesa das línguas minoritárias do Brasil. *In*: **SIL**, 2013. Disponível em: <https://www.silbrasil.org.br/resources/archives/76953>. Acesso em: 22 out. 2023.

EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). **Ethnologue: Languages of the World**. Twenty-seventh edition. Dallas, Texas: SIL International, 2024. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FARIAS, E. “As línguas indígenas estão adormecidas, não foram extintas”, diz linguista Kokama. **Amazônia Real**, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/as-linguas-indigenas-estao-adormecidas-nao-foram-extintas-diz-linguista-kokama/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FISHMAN, J. Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Language. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

FRANCHETTO, B. O monolingüismo é uma doença: *In*: EASA/ABA/AAA/CASCA, 2013. Disponível em: www.wcaanet.org/events/webinar. Acesso em: 08 dez. 2023.

FRANCHETTO, B.; KALYKOVA, C. (org.). **Índio não fala só Tupi**: uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Povos isolados, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato-2/povos-isolados-1>. Acesso em: 22 maio 2023.

GALUCIO, A. V.; MOORE, D.; VOORT, H. van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38, 2018. Disponível em: <http://www.etnolingua.org/biblio:galucio-2018-patrimonio>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GRENOBLE, L. A. Language ecology and endangerment. *In*: AUSTIN, P. K.; SALLABANK, J. (ed.). **The Cambridge Handbook of Endangered Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GRONDIN, M.; VIEZZER, M. **Abya Yala! Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.

GUEROLA, C. M. A demarcação de terras indígenas como política linguística. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/512>. Acesso em: 20 maio 2023.

HAGÈGE, C. **Não à morte das línguas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sítio eletrônico, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE 2012a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>. Acesso em: 02 mar. 2023.

ISA (Instituto Socioambiental). Povos Indígenas no Brasil, 2023. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 17 maio 2023.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRAUSS, M. The world's languages in crisis. **Language**, v. 68, n. 1, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lan.1992.0075>. Acesso em: 08 nov. 2023.

LANDWEER, L. Indicators of ethnolinguistic vitality. **Notes on Sociolinguistics**, v. 5, n. 1, p. 5-22, 2000.

LATOURET, B. **Onde aterrizar? Como se orientar politicamente no antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEE, H.; VAN WAY, J. Assessing levels of endangerment in the Endangered Languages (ELCat) using the language endangerment index (LEI). **Language in Society**, v. 45, n. 2, p. 271-292, 2016.

LEONARD, W. Producing language reclamation by decolonising 'language'. **Lang. Doc. Descr.**, v. 14, p. 15-36, 2017.

LEWIS, M. P.; SIMONS, G. F. Assessing endangerment: Expanding Fishman's GIDS. **Revue Roumaine de Linguistique**, v. 55, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.sil.org/~simonsg/preprint/EGIDS.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LIMA, A. dos S.; SOUSA, R. M.; MELLO, A. A. Souza. Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes. **Tellus**, ano 22, n. 49, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v22i49.829>. Acesso em: 22 out. 2023.

MAHER, T. M. Shifting discourses about language and discourse among indigenous teachers in Western Amazonia in the wake of policy change. In: CAVALCANTI, M.; MAHER, T. (org.). **Multilingual Brazil: Language Resources, Identities and Ideologies in a Globalized World**. London: Routledge, 2018.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). **Disinventing and Reconstituting Languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). Desinventando e (re)constituindo línguas. **Working Papers em Linguística**, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p9>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MAPBIOMAS. Brasil perdeu 16% de sua vegetação não florestal nos últimos 38 anos, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/11/24/brasil-perdeu-16-de-sua-vegetacao-nao-florestal-nos-ultimos-38-anos/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MORAES, V. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e de língua morta a partir do contexto Kiriri. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164828>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; GABAS JÚNIOR, N. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. **Scientific American** (Brasil), n. 3 (Amazônia – A Floresta e o Futuro), 2008. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/media:set2008>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MOSELEY, C. (ed.). **Atlas of the World's Languages in Danger**. Paris: Unesco, 2010.

MUFWENE, S. S. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MUFWENE, S. S. Language vitality: The weak theoretical underpinnings of what can be an exciting research area. **Language**, v. 93, n. 4, 2017. Disponível em: https://www.linguisticsociety.org/sites/default/files/e1_93.4Mufwene.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, B. de; SAGICA, V.; SEVERO, C. G. **Dos sentidos de vitalidade: revisando o Atlas das Línguas em Perigo (Unesco) à luz de experiências indígenas locais, 2023 (preprint)**. Disponível em: <https://osf.io/preprints/psyarxiv/nwpdv/>. Acesso em: 22 out. 2023.

PANKARARU, B. **Zeladores de encantos: memórias do Tronco Velho Pankararu**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2021.

PERELTSVAIG, A. **Languages of the World: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021 [2012].

PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. **Revista Brasileira de Línguas Indígenas**, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/linguasindigenas/article/view/6311>. Acesso em: 06 nov. 2023.

RODRIGUES, A. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA**, v. 9, n. 1, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RODRIGUES, A. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002 [1994].

RODRIGUES, A. Endangered languages in Brazil. **DELTA**, v. 30, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/wzWcYyr49qYCyVRJyb4BkVr/>. Acesso em: 22 out. 2023.

RODRIGUES, A. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 9, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.26512/rbla.v9i1.19521>. Acesso em: 22 out. 2023.

SAGICA, V.; OLIVEIRA, B. de. Plurilinguismo e pluridiscursividade: caminhos decoloniais para a educação escolar indígena. **Working Papers em Linguística**, v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/83836>. Acesso em: 15 out. 2023.

SALLABANK, J. Diversity and language policy for endangered languages. In: SPOLSKY, B. (ed.). **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SAVEDRA, M. M. G.; CHRISTINO, B.; SPINASSÉ, K. P.; ARAÚJO, S. S. de F. Estudos em Sociolinguística de contato no Brasil: a diversidade Etnolinguística em debate. **Cadernos de linguística**, Campinas, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221212?show=full>. Acesso em: 15 out. 2023.

SEVERO, C. G. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SEVERO, C.; SITO, B.; PEDRO, J. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar, 2014. p. 9-36.

SILVA, J. I. O debate sobre direitos linguísticos e o lugar do linguista na luta dos sujeitos falantes de línguas minorizadas: quem são os protagonistas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/9pGS33YzgVbFgqvN3PHtdKx/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). **Ethnologue**: languages of the America and the Pacific. Dallas: SIL, 2017.

SIMONS, G. F.; LEWIS, M. P. The world's languages in crisis: a 20-year update. In: MIHAS, E.; PERLEY, B.; REI-DOVAL, G.; WHEATLEY, K. (ed.). **Responses to language endangerment**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

SOUZA, T. C. Clemente de. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, v. 24, n. 48, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666487>. Acesso em: 20 mai. 2023.

STORTO, L. **Línguas Indígenas: tradição, universais e diversidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

XERENTE, S. L. Gomes da Silva. A língua Akwẽ e a língua Portuguesa em contato: ameaça ou enriquecimento linguístico. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/55390>. Acesso em: 20 maio. 2023.

ZANON, S. Extinção de línguas indígenas pode aniquilar saberes sobre plantas medicinais. **Mongabay**, set. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/09/extincao-de-linguas-indigenas-deve-levar-junto-saberes-exclusivos-sobre-plantas-medicinais/>. Acesso em: 22 out. 2023.

ZHANG, J.; LEE, S.-Y. Vitalidade de língua na perspectiva da comunidade de fala: o caso do Patuá. **Caletroscópio**, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/5127>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Como citar este trabalho:

SILVA, Diego Barbosa da. Línguas ameaçadas: uma reflexão sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 248-279, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 30/07/2024 | Aceito em: 24/12/2024.